



REQUERIMENTO Número /XI (1 .ª)

PERGUNTA Número 736 /XI (2 .ª)

Expeça-se

Publique-se

8 11 1 0

O Secretário da Mesa

Recorreio

Assunto: Banco Português de Negócios

Destinatário: Exmo. Senhor Ministro de Estado e das Finanças

*Por determinação do S.E.X.P.A.R. e
Sua Secretária da Mesa*

10.11.08

[Signature]

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

No dia 11 de Novembro de 2008 o Presidente da República promulgou o diploma que nacionalizou o Banco Português de Negócios (BPN), tendo em conta a protecção dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro nacional e europeu.

A decisão, proposta pelo Governo e aprovada pelo Parlamento, surgiu no auge da crise financeira que se seguiu à falência do Lehman Brothers e foi justificada pelo Ministro de Estado e das Finanças com a situação excepcional, delicada e anómala vivida pela instituição bancária em apreço (também relacionada com perdas acumuladas de licitude duvidosa), com o objectivo de evitar uma catástrofe do sistema financeiro nacional.

Segundo a Agência de notação financeira Moody's, o BPN apresenta, hoje, insuficiências de capital de 2 000 milhões de euros, e perdas acumuladas de 216 milhões de euros, e vem alertar para o facto de as assistências de liquidez asseguradas pela Caixa Geral de Depósitos ascenderem a 4 600 milhões de euros.

Volvidos dois anos sobre a nacionalização do BPN, os signatários vêm, através de V.Exa, perguntar ao Senhor Ministro de Estado e das Finanças:

1. Qual o volume de dívidas incobráveis existentes no BPN em 2010?
2. Qual o número de clientes com empréstimos superiores a 5 milhões de euros?
3. Que percentagem de clientes com empréstimos superiores a 5 milhões de euros se inclui na lista de incobráveis?
4. Quantas participações foram feitas pela actual Administração do BPN ao Ministério Público e ao Banco de Portugal no âmbito de averiguações internas relativas a procedimentos alegadamente ilícitos e praticados até à nacionalização da instituição?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

5. Quantos peritos de finanças (da Direcção Geral de Contribuições e Impostos ou da Inspecção Geral de Finanças) foram destacados para o Ministério Público e para o Banco de Portugal para colaborarem de forma activa e efectiva nas diligências acima mencionadas?

Palácio de São Bento, 5 de Novembro de 2010.

Luís Afonso 5=
L. AFONSO CORDAZ
Luís Afonso Cordaz